



REPÚBLICA DE ANGOLA  
**ASSEMBLEIA NACIONAL**



**GABINETE DO PRESIDENTE**

**4ª REUNIÃO PLENÁRIA DA 5ª LEGISLATURA**

**Declaração Política  
(23 - Março - 2017)**

*Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional,  
Membros da Mesa, Ilustres Deputados,  
Auxiliares do Titular do Poder Executivo,  
Caros Jornalistas,  
Angolanas e Angolanos*

**À todas as Mulheres do nosso País e à todas as <sup>MULHERES</sup> do mundo, o  
nosso respeito e homenagem neste Março-Mulher.**

Hoje é dia 23 de Março de 2017 e caso a Lei esteja a ser cumprida os cidadãos deste país estão a ouvir na RNA e a ver na Televisão Pública de Angola, pela primeira vez este ano, uma intervenção política de um Deputado da UNITA. O que deveria ser normal, está a transformar-se numa raridade!

Temos hoje na ordem do dia o Projecto de Lei Orgânica que aprova o Regimento da Assembleia Nacional. Este é um documento importante porque regula toda a actividade da Assembleia Nacional, um dos 3 órgãos de soberania. Hoje serão efectuadas alterações profundas ao Regimento actualmente em vigor, que no parecer do Grupo Parlamentar da UNITA, reduzem a eficácia da acção do deputado, reduzem a capacidade da fiscalização do deputado ao executivo. Limitam gravemente o mandato que o povo nos conferiu.

O Grupo Parlamentar da UNITA gostaria de ver esta casa das leis a abraçar as transmissões em directo, dos trabalhos essenciais desta Assembleia. Gostaríamos de ver a adopção do voto secreto nas deliberações desta casa. Gostaríamos de não sermos limitados na

capacidade de fiscalização ao Executivo; podermos realizar inquéritos parlamentares; podermos convocar os ministros à prestação de contas para incentivarmos uma governação mais transparente e conforme às normas da boa governação; podermos fiscalizar as acções das empresas públicas, sem restrições! Desse modo evitaríamos o descontrolo, evitaríamos os desvios escandalosos que têm contribuído para o agravar da crise económica, que tem feito sofrer todos os angolanos e tanto têm exposto o nome de Angola, por esse mundo fora!

Com a adopção das medidas acima citadas talvez pudéssemos inspirar outros órgãos de soberania a exercerem melhor o seu mandato e assim tutelarmos melhor o interesse nacional.

Angola, este nosso maravilhoso país, abraçou a Democracia multipartidária em 1991. Nessa altura adoptou também novos valores, de que destaco um quadro mais amplo de direitos e liberdades dos cidadãos e a economia de mercado. Desde então fomos criando as bases para a edificação de uma sociedade plural e moderna.

Angola tem como objectivo principal a construção de uma sociedade livre, baseada na dignidade da pessoa humana, justa, solidária, de paz, igualdade e progresso social. O que acabei de citar são valores inscritos no Artigo 1º da nossa Constituição!

A República de Angola é “um Estado democrático de Direito, que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa”. Citamos agora, na íntegra, o 2º Artigo da nossa Constituição.

E porque citamos estes artigos? Porque o momento que vivemos, leva-nos a apelar a valores superiores e orientadores na formação da nossa sociedade. Porque os trouxemos aqui, a esta casa das Leis? A este espaço privilegiado, de representação plural, de múltiplas e diferenciadas formações políticas, inspiradoras de uma riqueza formada na diversidade das contribuições? Porque também aqui precisamos de ter sempre presentes aqueles referentes, aglutinadores e capazes de, apesar das nossas diferenças, podermos



juntar esforços e fazer valer e respeitar valores de unidade e coesão nacionais.

O Grupo Parlamentar da UNITA pensa que os assuntos debatidos nesta Assembleia, são do interesse todos os angolanos. Mais ainda, numa altura em que estamos a consolidar valores e direitos, a consolidar a soberania, a construir valores comuns ainda não profundamente enraizados, o que aqui discutimos deveria ser partilhado com todos vós, porque assim seria muito mais fácil construirmos a Pátria mãe de todos nós.

São muitos os que ainda se sentem órfãos, mesmo vivendo entre fronteiras.

Os nossos órgãos públicos não estão a servir o interesse público ao não darem ao cidadão angolano o acesso a uma informação plural e isenta.

Este facto é tão mais importante quanto estarmos a viver um ano eleitoral. De estarmos a realizar um processo de actualização do registo eleitoral. QUE TODOS DEVEM FAZER! TERMINA DIA 31 DE MARÇO! De estarmos a viver uma situação de transição geracional do poder político. De existir a perspectiva de uma alternância do poder político.

Mesmo lá onde há competição, devem existir regras. Tratar-se os adversários políticos, de “malandros” não dignifica ninguém!

Temos também hoje na ordem do dia o Relatório de Balanço da Execução do OGE do III trimestre de 2016! Quando o Tribunal Constitucional limita a acção fiscalizadora da AN, e quando uma parte dos deputados concorda com estas limitações, nós não estamos em condições de exercer a fiscalização que o povo espera de nós!

Angola precisa de deputados de corpo inteiro a fazerem o seu trabalho. O país precisa de magistrados de corpo inteiro a fazerem o seu trabalho.

Nessa altura estaremos seguros que Propostas de alteração à Lei , como a que está também hoje em votação, das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com o objectivo de permitir que o Fundo Activo de